



Sindicato dos Trabalhadores da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

A T O D O S O S T R A B A L H A D O R E S

Preâmbulo

É este um comunicado um tanto extenso, mas assim era necessário depois de um período de relativo silêncio.

Este mutismo do Sindicato, sabêmo-lo, foi maior do que deveria ser e terá motivado alguns comentários de alguns associados que, dizemmo-lo sem peias, até foram perfeitamente justificados. Apenas que existiram razões para esse facto, dos quais destacamos duas:

1 - Situações de não classificação por parte da Administração que não dava hipóteses de veicularmos notícias que fossem objectivas;

2 - A mudança de sede do Sindicato que o tornou inoperacional durante alguns dias. Superada que foi esta fase esperamos, daqui para diante, manter o ritmo vivo de informação a que tínhamos habituado os nossos sócios.

I - Questões Gerais - A -

Como já tínhamos anunciado no anterior comunicado este ano o nosso Sindicato mantém-se integrado na FESAP e como tal tem estado nas conversações com o Governo.

Do que têm sido essas negociações, dá conta o comunicado da Comissão Negociadora, enviado em anexo. Chamamos a atenção de todos que:

1 - O Governo iniciou as conversações com o espírito a que já estamos habituados, isto é, de dar a aparência de manter conversações e de nada resolver;

2 - Os Sindicatos impuseram desde logo a sua firme disposição de não colaborar em farsas e este ano não admitiremos cair em erros anteriores; ou em diálogos de surdos; Portanto, alertamos todos os trabalhadores, para que discutam os problemas no local de trabalho e comuniquem as suas conclusões à Direcção, nomeadamente quanto aos princípios que, devem nortear a revisão salarial.

- ESTA POSIÇÃO DEVE SER DADA DENTRO DE 10 DIAS

Poderemos ter de travar luta dura pelo que a Fesap já constituiu no seu seio uma Comissão de Luta para estudar as possibilidades de acção dos Sindicatos. Mas chegou a altura de dizer BASTA! às sucessivas perdas de poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública.

- B -

Como já tinha sido referido no último comunicado, embora de forma bastante simplificada, o nosso Sindicato decidiu manter-se na Fesap.

Touve, como informámos, um convite da Frente Comum para passarmos a integrá-la. A Direcção teve de decidir em curto espaço de tempo e isso impossibilitou que se seguisse a forma mais democrática de resolver o problema: Perguntar às pessoas o que pensavam do assunto.

A Direcção, embora sentisse realmente muita honra e satisfação pelo convite recebido o que significa que a nossa acção como Sindicato tem sido entendida como válida e correcta em todos os quadrantes da Função Pública, entendeu manter-se na Fesap. Não o fez sem que pusesse várias condicionantes aos outros Sindicatos desta Frente, pois só nos interessava nela permanecer se fosse uma estrutura bem organizada e verdadeiramente reivindicativa.

As condições foram aceites e, até aqui, têm sido seguidas - e, portanto, estaremos nessa Frente para as negociações de 82, enquanto a sua prática for consequente. Embora sejamos partidários de uma unidade de actuação, esta não é possível sem ser bem estruturada, quer na articulação entre os organismos, quer por ser alicerçada nas vontades inequívocas de todos os componentes, directivos e de base.

De resto o facto de não termos aderido à Frente Comum não significa mínima hostilidade e sempre que for possível uma acção comum entre as duas Frentes, encará-la-emos com satisfação, como é próprio de um Sindicato independente.

- II -

Questões da D. G. C. I.

Depois da publicação do Decreto sobre a promoção dos liquidadores tributários, aguarda-se com expectativa a publicação da lista das promoções para o que já não existem obstáculos legais; apenas acertos de trabalhos práticos principalmente entre a Direcção-Geral e a Imprensa Nacional.

O Sindicato vai fazer todos os possíveis para acelerar o processo e, para o efeito, pedimos uma entrevista urgente ao Director-Geral, com a qual esperamos esclarecer não só este caso mas também a metodologia e o calendário dos outros movimentos de transferência e promoção.

Fizemos uma primeira abordagem destes problemas com o Dr. Elder Fernandes e contamos chegar a conclusões com o Director-Geral na próxima entrevista.

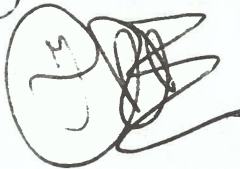
Outros problemas também pendentes de há longo tempo, aqueles que vêm ainda do caderno reivindicativo de 1980, irão ser abordados em entrevista que já está apazada para a tarde do dia 30 com o Secretário de Estado do Orçamento.

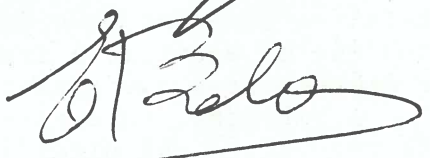
Dada a sensibilização mostrada por esta entidade para alguns desses problemas, esperamos que desta entrevista possam resultar consequências positivas.

Em qualquer dos casos (Director-Geral e Secretário de Estado) informaremos imediatamente os trabalhadores do que se passar.

Saudações Sindicais,

A DIRECÇÃO

Parita Santo




negociações 82

FESAP

FRENTE SINDICAL
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEM NEGOCIAÇÕES NÃO PROSSEGUIRÁ O D I Á L O G O

Depois de uma reunião com o Ministro da Reforma Administrativa e o respectivo Secretário de Estado, na qual apenas ficaram expressos princípios gerais para conversações futuras do actual executivo com a Fesap, reuniram-se hoje as Comissões Negociadoras desta Frente Sindical e do Governo para início de negociações.

a) Como ponto inicial, à partida, ficou claro que, este ano, a FESAP só participará na negociação das matérias com incidência económica, se o Governo aceitar discutir as verbas a incluir no O. G. E. para esse efeito.

b) A FESAP manifestou, assim, não estar mais disposta a colaborar na divisão de uma verba fixada sem a sua participação arcando "a posterior" com responsabilidades que não tem oportunidade de assumir.

c) Por outro lado, esta Frente Sindical apresentou datas muito concretas para o decurso da negociação da proposta de lei regulamentar da Convenção 151 da O. I. T., tendo em vista a sua apresentação na Assembleia da República, com pedido de urgência, ainda em Dezembro deste ano. Isto porque, tal regulamento, deveria entrar em vigor até 9 de Janeiro de 1982, data em que se completa um ano sobre o depósito na O. I. T. do instrumento de rectificação da Convenção.

S A L Á R I O S P A R A 1 9 8 2

Clasificadas as condições em que a FESAP aceitava negociar esta matéria, foi pedido pela Comissão Negociadora governamental que os sindicatos apresentassem uma proposta concreta.

Independentemente do debate que terá de existir ainda nas suas estruturas, os Sindicatos da FESAP apontaram de imediato os princípios gerais que entendem dever balisar esta matéria:

1 - Reposição do poder de compra, tendo em atenção a inflação que se verificar em 1981, acrescido de uma parte da melhoria da produtividade que comprovadamente existiu no sector (conforme relatório do Banco de Portugal).

2 - Assunto das diuturnidades.

3 - Assunto do subsídio de refeição, de acordo com os princípios que a FESAP sempre defendeu.

4 - Assunto das pensões, igual ao dos salários no activo.

5 - Melhoria a discutir, dos benefícios da A. D. S. E..

C A L E N D Á R I O

Procurando evitar adiamentos sucessivos na negociação de outras matérias de natureza legislativa, a FESAP defendeu a marcação de um calendário de negociações. Da discussão com o Governo e tendo em conta as prioridades deste e as prioridades sindicais, ficou assente:

1 - Até final de 1981 serão discutidos: vínculos, classificação de serviço e acesso às chefias;

2 - Até Março de 1982: Estatuto Disciplinar, Horário de Trabalho (ligado à revisão do Decreto-Lei 110 - A/81), Férias, faltas e licenças e concursos;

3 - Até Junho de 1982, Lei de Bases.

4 - Outras matérias cujo calendário será discutido até Março de 1982, para serem negociadas ainda em 1982: Higiene e segurança no trabalho; formação e revisão global de carreiras.

5 - Na próxima reunião o Governo dará resposta quanto à discussão prioritária de revisão pontual de carreiras.